

Informações sobre proteção de dados para parceiros comerciais e trabalhadores externos

A transparência e a fiabilidade do tratamento dos seus dados pessoais são uma base importante para uma boa cooperação. Por isso, informamo-lo sobre a forma como processamos os seus dados pessoais, de acordo com os regulamentos de proteção de dados em vigor,

- se for nosso parceiro comercial ou estiver em vias de iniciar negócios connosco; *ou*
- se o seu empregador ou cliente for nosso parceiro comercial ou estiver em vias de iniciar negócios connosco.

1. Responsável pelo tratamento e pela proteção de dados

MORGAVEL

SOLARENCO ENERGIA LDA,

Zona de Indústria Ligeira II, Lote 122-A7520- 309, Sines, Portugal.

Correio eletrónico: dpo-south-europe@rwe.com**2. Quais dos seus dados pessoais tratamos?**

São tratados vários tipos de dados no âmbito do início, da conclusão e da execução de um contrato ou de outros acordos. As seguintes

categorias de dados pessoais são objeto de tratamento:

- Dados do nome
- Dados de identificação
- Dados de contacto
- Dados do morada
- Dados da data de nascimento
- Dados profissionais e dados sobre a experiência
- Dados relativos às qualificações e certificados
- Dados bancários e de pagamento, incluindo informações de faturação
- Dados fiscais Informações sobre notações de crédito
- Dados contratuais
- Dados de comunicações, incluindo, mas não se limitando a: relatórios sobre o avanço e a conclusão dos trabalhos, relatórios sobre as condições de trabalho resultantes de inspeções locais, dados sobre segurança e questões relacionadas com saúde e segurança no trabalho (HSE);
- Avaliação do desempenho laboral
- Dados de seguros
- Dados de acesso e saída do parque
- Incidentes (por exemplo, reclamações e litígios decorrentes do contrato, indemnizações)
- Dados da garantia
- Licenças e autorizações
- Número da matrícula

Relativamente ao pessoal do parceiro comercial que trabalha no local no desenvolvimento e exploração de parques, plantas e instalações, são recolhidas as seguintes categorias de dados pessoais, para além das acima mencionadas:

- Dados sobre a entidade patronal e a posição na empresa
- Dados de nacionalidade
- Certificados de trabalho e de formação, incluindo o cartão BTP
- Formação específica e certificados de acordo com as funções desempenhadas
- Autorizações, certificados e licenças que permitem a execução de trabalhos, incluindo médicos
- Dados de imagem e vídeo²
- Dados da Segurança Social
- Dados de acesso físico/saída e desempenho do local de trabalho

3. Quais são as fontes dos dados?

Tratamos os dados pessoais que recebemos do utilizador diretamente ou do nosso parceiro comercial.

Podemos também receber os seus dados de outras empresas do Grupo ou de terceiros, nomeadamente de outros parceiros comerciais.

4. Para que fins processamos os seus dados e com que base legal?

a. Tratamento de dados para a execução do contrato

¹ O termo "parceiro comercial" inclui, entre outros, os nossos parceiros em transações empresariais e comerciais, os nossos empreiteiros e fornecedores, bem como os seus sucessivos subempreiteiros e subfornecedores.

² No que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais no contexto da videovigilância, remetemos para as respectivas placas informativas e para as informações relativas à proteção de dados que lhes estão associadas.

Processamos os seus dados para medidas pré-contratuais ou para concluir e cumprir um contrato. A base legal

nestes casos é o Art. 6 para. 1 lit. b) do Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE ("RGPD").

b. Tratamento de dados para cumprimento de obrigações legais

Processamos os seus dados para cumprir obrigações legais impostas à RWE, nomeadamente:

- Obrigações de Compliance, segundo as quais temos de garantir, através da realização dos controlos correspondentes, que não realizamos negócios com parceiros comerciais sancionados;
- Obrigações em matéria de HSE, ou seja, garantir que todas as obrigações neste âmbito são aplicadas e que apenas os trabalhadores devidamente qualificados realizam as actividades.

Nestes casos, a base jurídica é o artigo. 6 para. 1 lit. c) do RGPD em conjunto com a respectiva disposição legal.

c. Tratamento de dados para proteção dos interesses legítimos do responsável pelo tratamento

Processamos os seus dados para proteger os nossos interesses legítimos - a menos que os seus interesses e direitos tenham precedência -, nomeadamente:

- Investigação, resolução e controlo do cumprimento em caso de acidentes e incidentes;
- Defesa de reclamações relacionadas com o contrato;
- Controlo dos acessos e das condições do local;
- Prevenir fraudes ou infracções penais e proteger os nossos sistemas informáticos, bens e locais de trabalho, monitorizar processos de insolvência;
- Relatórios de crédito sobre parceiros contratuais;
- Avaliação das competências profissionais, da experiência e do serviço prestado;
- Aplicação de medidas de conformidade quando não exigidas estritamente por lei;
- Realização de investigações e auditorias para garantir o cumprimento obrigações legais e contratuais; A

base jurídica nestes casos é o Art. 6 para. 1 lit. f) do RGPD.

d. Consentimento para o tratamento de dados

Se nos der o seu consentimento para o tratamento de dados pessoais para fins específicos (por exemplo, fins de marketing ou publicidade por correio eletrónico), a legalidade tratamento baseia-se no seu consentimento, de acordo com o Art. 6 para. 1 lit. a) do RGPD. Qualquer consentimento dado pode ser retirado a qualquer momento com efeitos para o futuro (ver secção 3 desta informação sobre proteção de dados).

5. Quem receberá os seus dados?

Em certos casos, os dados podem ser transferidos para outras empresas do Grupo RWE porque estas empresas executam determinadas tarefas dentro do Grupo para todas ou algumas outras empresas da RWE.

Em determinadas circunstâncias, os dados também podem ser transferidos para prestadores de serviços externos, cuidadosamente selecionados e comissionados, e apenas para os departamentos e pessoas que necessitem destes dados para realizar ou cumprir os objectivos acima mencionados. Se os seus dados pessoais for em processados em nosso nome, isso é feito com base em acordos de processamento de acordo com o Art. 28 do RGPD. Desta forma, garantimos que as disposições legais do RGPD são cumpridas.

Caso contrário, os dados só serão transferidos para destinatários fora da empresa se tal for permitido ou exigido por lei, se a transferência for necessária para o processamento e, portanto, para o cumprimento do contrato ou, a seu pedido, para a implementação de medidas pré-contratuais, se tivermos o seu consentimento ou se estivermos autorizados a fornecer informações. Nestas condições, os destinatários dos dados pessoais podem ser, por exemplo

- Parceiros comerciais;
- Consultores e prestadores de serviços externos;
- Organismos e instituições públicas (por exemplo, Ministério Público, polícia, autoridades de controlo, administração fiscal), se existir uma obrigação legal ou oficial;
- Destinatários a quem a divulgação é diretamente necessária para o estabelecimento ou cumprimento do contrato.

6. Os seus dados são transferidos para países fora da União Europeia e do Espaço Económico Europeu ("países terceiros")?

Os serviços e desempenhos individuais são executados por prestadores de serviços cuidadosamente selecionados e contratados, sediados fora da União Europeia e do Espaço Económico Europeu (o chamado "país terceiro"), exemplo, prestadores de serviços de IT.

Se estes prestadores de serviços necessitarem de aceder a dados pessoais no decurso da prestação do serviço, esta transferência para países terceiros é sempre efectuada em conformidade com o Capítulo V do RGPD.

Na ausência de uma decisão de adequação da Comissão Europeia nos termos do Art. 45 do RGPD, fornecemos salvaguardas apropriadas para garantir um nível adequado de proteção de dados.

Em regra, celebramos contratos com destinatários de dados que contêm cláusulas-tipo de proteção de dados, também conhecidas como "cláusulas contratuais-tipo".

O utilizador tem a possibilidade de solicitar mais informações e receber cópias dos correspondentes modelos de acordos. Pode contactar-nos utilizando os dados de contacto indicados na secção 1.

7. Durante quanto tempo serão armazenados os seus dados?

Os dados pessoais são geralmente apagados logo que deixem de ser necessários para cumprir a finalidade para que foram recolhidos.

As obrigações legais de conservação ou os interesses legítimos (por exemplo, afirmação, exercício ou defesa de acções judiciais) podem justificar um período de conservação mais longo, por exemplo:

- Para efeitos de resolução de litígios;
- Para efeitos de exercício das garantias;
- Para efeitos de cumprimento da legislação nacional e internacional em matéria de conformidade.

8. Existe alguma obrigação de fornecer os seus dados?

O fornecimento de dados pessoais é necessário para a celebração ou o cumprimento de um contrato. Se o utilizador não fornecer os dados, geralmente não é possível cumprir o contrato de forma adequada.

9. Que direitos tem o titular dos dados?

Pode fazer valer os seguintes direitos ao abrigo dos respectivos requisitos legais:

- o direito de **receber informações** sobre o tratamento de dados e uma **cópia** dos dados tratados,
- o direito de obter a **correção** de dados incorrectos,
- o direito de solicitar o **apagamento** dos seus dados, desde que não exista qualquer razão legal para continuar a conservar os seus dados ,
- o direito de exigir a **limitação** do tratamento,
- o direito à **portabilidade** dos dados no que respeita a todos os dados que nos forneceu. Isto significa lhe forneceremos os dados num formato estruturado, comumente utilizado e legível por máquina, e

• o direito de **se opor** ao tratamento de dados com base no interesse legítimo, se tal puder ser justificado com base na sua situação particular.

Se desejar exercer os seus direitos, utilize os dados de contacto indicados na secção 1.

Se nos tiver dado um consentimento separado para o tratamento dos seus dados pessoais, pode retirar esse consentimento em qualquer altura. A legalidade do tratamento dos seus dados até ao momento da retirada não é afetada por essa retirada.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso, tem o direito de apresentar uma queixa a uma autoridade de controlo, nomeadamente, num Estado-Membro da sua residência habitual, do seu local de trabalho ou do local da alegada infração.

[CNPD](#) - Comissão Nacional de Protecção de Dados
Av. D. Carlos I, 134, 1º
1200-651 Lisboa
T (+351) 213 928 400

A toma de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, não tem lugar.

No que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais no contexto do Portal do Fornecedor, remetemos para as respectivas informações sobre a proteção de dados aí indicadas.